JAG

cípio realizada no dia 31 de janeiro próximo passado. Art. 2º - As despesas do Crédito aberto pelo artigo anterior correrá por conta do saldo orçamentário do corrente exercício. Art. 3º - Esta Lei retroagirá os seus efeitos a partir do dia 2 de março de 1970, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 1970. José Antonio Gomes - Prefeito -

---

Lei Municipal nº 122, de 11 de junho de 1970

Art. 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a passar em cartório escritura pública de dois terrenos doados para construção de dois "Grupos Escolares" na zona rural deste Município. Art. 2º - Cujos terrenos medem 20 X 32 metros, estão situados nos lugares denominados "Sítio Maravilha" e "Panorama" deste Município e foram doados respectivamente pelos srs. João Soureno da Silva e Nair Queiroz Gomes. Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito, em 11 de junho de 1970. José Antonio Gomes - Prefeito -

---

Lei Municipal nº 123, - 11 - 6 - 70

O Prefeito do Município de Machados, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º - Este Código estabelece o sistema tributário municipal. Parágrafo único: Regulam o sistema tributário municipal: a - a Constituição Federal; b - o Código Tributário Nacional, instituído pela Lei nº 5172, de 25 de outubro de 1966 e demais leis federais complementares e estatuárias de normas gerais de direito tributário; c - resolução do Senado Federal; d - a Constituição do Estado; e - legislação estadual e municipal, nos limites de suas competências. Art. 2º - Este Código determina: I - os fatos geradores - II os fatos geradores - III as alíquotas IV - o lançamento - V - a cobrança VI - a fiscalização dos

Scanned by CamScanner

JAS

Tributos municipais parágrafo único - Ficam estabelecidos nêste Código as normas de direito fiscal pertencentes aos tributos municipais. Art. 3º - Os tributos municipais são: I - Os impostos a - sôbre a propriedade territorial urbana; b - sôbre a circulação de mercadorias; c - sôbre serviço de qualquer natureza. II - As taxas: a) decorrentes das atividades do poder de polícia do Município; b - decorrentes de atos relativos à utilização efetiva ou potencial de serviços públicos III - a contribuição de melhoria. Título 2º Dos Tributos em Geral - Capítulo I Da Legislação Fiscal - Art. 4º - Nenhum tributo será exigido ou alterado, nem qualquer pessoa será considerada como contribuinte ou responsável pelo cumprimento de obrigação tributária senão em virtude dêste Código ou de lei subsequente. Art. 5º - As leis municipais que criem ou majorem tributos entram em vigor a partir da data da publicação. Parágrafo único - As leis relativas aos impôstos predial e territorial urbano, entrará em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte. Art. 6º - Sempre que as tabelas de tributos anexa a êste Código sofrerem alterações serão revisadas e publicadas na íntegra pelo o Chefe do Poder Executivo. Capítulo 2º Limitação da Competência Tributária - Art. 7º - Os impostos municipais não incidirão sôbre o patrimônio ou serviços I - da União, do Estado e dos Municípios, quando se referir aos serviços inerentes aos seus respectivos objetivos, II das autarquias no tocante aos serviços vinculados as suas respectivas finalidades principais, ou que delas decorram; III - dos partidos políticos e instituições de educação ou assistência social. IV - dos templos de qualquer culto. § 1º - Não serão excluído da tributação municipal, os serviços públicos concedidos, ressalvados os federais quando a União

JAG

os isentar através de lei especial. § 2º - As entidades citadas neste artigo estão sujeitas ao pagamento de taxas e contribuições de melhoria. Capítulo III - Das obrigações Tributarias Acessórias. Art. 8º - O contribuintes ou responsáveis por tributos facilitarão o seu lançamento, fiscalização e cobrança, ficando obrigados a: I - apresentar declarações e guias, conforme as normas deste codigo e dos regulamentos fiscais; II - conservar e apresentar do fisco documentos relacionados com operações ou situações que representam de fato gerador de obrigação tributárias ou comparativo de veracidade dos dados consignados em guias e declarações fiscais. III - prestar informações sôbre fato gerador de obrigação tributaria; IV - permitir a entrada de gentes de fisco nos locais onde ocorram fatos geradores de obrigação tributarias. Parágrafo único - Aquêles que gozam de benefício da isenção ficam sujeitas ao cumprimento do disposto neste artigo. Art. 9º - O Fisco poderá requisitar terceiros, que deverão fornecer informações e dados referentes a fatos geradores de obrigações tributários para os quais tenha contribuido ou que devam conhecer, ressalvado por força de lei, o dever de guardar sigilo. Parágrafo único - As informações conseguidas terão caráter sigiloso e só poderão ser utilizadas em defesa dos interêsses da fazenda Pública. Capítulo IV Do lançamento. Art. 10 - Lançamento é o procedimento privativo dos orgãos fiscais do município, destinado a constituir o crédito tributário mediante: I - a determinação da matéria tributária correspondente, II - a determinação da matéria tributária. III - o cálculo do montante do tributo devido; IV - a identificação do contribuinte. Parágrafo único - Quando necessário será aplicada a pena cabível conforme o caso. Art. 11 - O lançamento rege-se pela Legislação vigente na data de ocorrência do fato gerador da obrigação tributaria principal. Art. 12 - São da competência do orgão

Scanned by CamScanner

JAS

fazendário os atos formais referentes ao lançamento dos tributos. Parágrafo único- O contribuinte não esta isento de cumprimento da obrigação fiscal por omissão ou êrro de lançamento. Art. 3º- Executa-se o lançamento com base nos dados constantes do Cadastro Fiscal e nas declarações apresentadas pelos contribuintes, na forma e nas épocas estabelecidas neste Código e em regulamento. Parágrafo único- As declarações deverão contar todos os elementos e dados necessários ao conhecimento de fato gerador das obrigações Tributárias e à verificação do montante do crédito tributário correspondente. Art. 14- Efetuar-se-á o lançamento de ofício quando o contribuinte ou responsável: I- não houver apresentado declaração ou guia de recolhimento; II- negar informações, ou esclarecimentos recusar exame de escrita, ou não os prestar satisfatoriamente; III- prestar informações falsas ou contendo êrro; Art. 15- O lançamento e suas alterações serão comunicados aos contribuintes por um dos seguintes meios: I- notificação pessoal; II- publicação no Diário Oficial do Estado; III- divulgação de jornal ou radio. Capítulo V Da Cobrança e do Recolhimento do Tributos Art. 16- A cobrança de tributo far-se-á: I- para pagamento a boca do cofre; II- amigavelmente; III- mediante ação executiva. Parágrafo único- O pagamento a bôca do cofre será feito pela forma e prazos estabelecidos neste código e em regulamento. Art. 17- Os tributos pagos fora dos prazos estabelecidos serão acrescidos de multa de mora de:- I- 5% (cinco por cento) até 30 dias; II- 10% (dez por cento) até 60 dias (sessenta) dias. III- 15% (quinze por cento) até 90 (noventa) dias. Art. 18- Será concedido: I- redução de: a- 50% (cinco enta por cento) da multa de mora e correção monetária sôbre o débito recolhido, antes de iniciada a cobrança judicial, b- 50% (cinco enta por cento) da multa ou notificação recolhida no prazo de 8 (oito) dias

da lavratura de auto ou de termo; c - 40% (quarenta por cento) da multa recolhida no prazo previsto para interposição de recursos; d - 20% (vinte por cento) da multa recolhida no prazo previsto para interposição de recursos; d - 20% (vinte por cento) da multa recolhida 8 (oito) dias da decisão de 1ª instância. II - desconto de: até 10% (dez por cento) do tributo recolhido antes do início do prazo de pagamento. Art. 19 - O parcelamento do débito poderá ser recolhido no máximo em 12 (doze) prestações mensais, em quantia não inferior a 10 (dez por cento) do salário mínimo vigente. Parágrafo único - O pagamento em parcelas excluirá a redução prevista no artigo anterior. Capítulo VI da Restituição - Art. 20 - Proceder-se-á a restituição total ou parcial de tributos nos casos seguintes: I - pagamento de tributos indevido; II - êrro na identificação sujeito passivo; III - reforma anulação, revogação ou rescisão de decisão condenatória. Art. 21 - A restituição total ou parcial de tributos abrangerá também na mesma proporção os juros de mora e penalidades pecuniárias. Parágrafo único - Não se incluem nêste artigo as infrações de caráter formal que devam ser ressarcidas pela causa assegurdatória de restituição. Capítulo VII Da prescrição - Art. 22 - O direito de cobrar débito tributário prescreve em 5 (cinco) anos, a contar do último dia do ano em que se tornarem devidos. Parágrafo único - O decurso do prazo estabelecido nêste artigo interrompe-se: a - pela notificação ao contribuinte; b - pela concessão de prazos especiais para êsse fim; c - pelo despacho que ordene a citação judicial do responsável para efetuar o pagamento; d - pela apresentação de documento comprobatório de dívida, em inventário ou concurso de credores. Art. 23 - Cessa em 5 (cinco) anos o poder de (ilegível) cobrar multas por infração a êste Código. Parágrafo único - Nos casos de quantia inferior a 1/10 (um décimo) do

salário mínimo regional o prazo será de dois anos. Capítulo III das Imunidades e das isenções. Art. 24 - Os impostos municipais não incidem sôbre: I - o patrimônio, a renda ou os serviços da União dos Estados do Distrito Federal e de outros municípios. II - templos de qualquer culto. III - O patrimônio, a renda ou os serviços de partidos políticos e de instituições de educação ou de assistência social, observadas os requisitos fixados em lei complementar; IV - o papel destinado exclusivamente à impressão de jornais periódicos ou livros: V O tráfego intermunicipal de qualquer natureza quando representarem limitações ao mesmo. § 1º O disposto neste artigo é extensivo aos serviços públicos concedidos pela União quando a isenção geral fôr por ela instituída através de lei especial. § 2º - Sòmente os bens imóveis dos templos destinados ao exercício do culto gozarão de imunidade tributária § 3º - As instituições de educação e assistência social terão a imunidade referida no item III, dêste artigo, quando se tratar de sociedades civis legalmente constituídas e sem fins lucrativos. Art. 25 - A instituição de isenções apoiar-se-á sempre em razões de ordem pública ou de interêsses do município. Parágrafo único - Não poderá ter caráter de favor ou privilégio. Art. 26 - As isenções serão reconhecidas através de ato Secretário da Fazenda a requerimento do interessado e revistas anualmente. Art. 27 - A isenção sofrerá cancelamento: I - pela verificação da inobservância dos requisitos para a sua concessão. II - pelo desaparecimento das circunstâncias que o motivaram. Art. 28 - As imunidades e isenções não se referem às taxas e a contribuição de melhoria, salvo as operações previstas neste Código. Art. 29 - Dívida ativa do Município é o débito regularmente inscrito de impostos, taxas contribuições de melhoria, mora, multas e correção monetária. Art. 30 - transcorrido prazo de 60 (sessenta dias para cobrança amigável será feita a inscrição de débito na dívida ativa. Parágrafo único - O Caso ocorra

JAG

atrazo no pagamento do débito parcelado o prazo será contado a partir do último recolhimento. Art. 31 - O Têrmo da inscrição da dívida ativa autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: I - o nome do devedor, ou dos co-responsáveis se for o caso bem como, o domicílio ou a residência de um ou dos outros; II - a quantia devida e o modo de calcular os juros de mora acrescido. III - a origem e a natureza do crédito fiscal citando a lei tributária respectiva; IV - a data em que foi inscrita; V - o número do processo administrativo de que se origina o crédito, se fôr o caso. Parágrafo único - A certidão deverá conter os registros dêste artigo; e indicação do livro e da fôlha de inscrição. Art. 32 - Serão canceladas mediante despacho do Prefeito, os débitos fiscais: I - prescritos; II - de contribuintes que hajam falecido sem deixar bens que exprimam valor. Parágrafo único - O cancelamento poderá ser determinado de ofício ou a requerimento de pessoa interessada desde que provadas a morte do devedor e a inexistência de bens. Art. 33 - A dívida ativa será cobrada: I - A Dívida Ativa cobrada amigàvelmente, pode ser recolhida em até 10 prestações mensais, iguais e sucessivas não inferior à 10% do salário mínimo vigente da uma. II - Ocorrido o atrazo de 3 prestações do recolhimento referido no ítem anterior, o parcelamento será cancelado e o restante do débito pago em uma só vêz ou remetido para cobrança Executiva. Art. 34 - O recolhimento dos débitos fiscais que constatarem em Certidões já encaminhadas para a cobrança executiva será feito a vista de guia em duas vias. Art. 35 - As guias datadas e assinadas pelo eminente conterão: I - o nome e o endereço do devedor; II - O número da inscrição da dívida; III - o exercício que se refere e a importância total do débito; IV - a multa, os juros de mora, e a correção monetária a que estiver sujeito o débito; V - as custas judiciais. Art. 36 - É vedado ao funcionário

Scanned by CamScanner

JAJ

receba débito inscrito na dívida ativa com desconto ou dispensa de obrigação tributária principal ou acessória. § 1º - Exceptuam-se os casos de autorização legislativa ou mandado judicial. § 2º - A inobservância ao que dispõe este artigo obriga ao infrator a indenizar o Município em quantia igual à que deixou de receber sem prejuízo das penalidades que lhe forem aplicáveis. Art. 37 - O encaminhamento da certidão da dívida ativa, para cobrança judicial, põe têrmo à competência do responsável pelo Serviço de Tributação. Capítulo X das Infrações e Penalidades Seção I Disposições Gerais Art. 38 - Constitui infração tôda ação ou omissão que resulte em inobservância da obrigação tributária estabelecida nêste Código e em regulamento. Art. 39 - As infrações a êste Código serão punidas com as seguintes penas: I - multa II - proibição de transacionar com o Município. III - sujeito a regime especial de fiscalização. Art. 40 - Ao responsável pelo Serviço de Tributação compete determinar a aplicação da penalidade. Art. 41 - Na fixação da multa levar-se-á em consideração as circunstâncias atenuantes e agravante que constarem no processo. § 1º - São circunstâncias atenuantes: I - o lançamento regular nos respectivos livros de escrita fiscal, das operações tributárias e do impôsto devido a que se referir a infração; II - quando, antes do procedimento fiscal, o infrator procurar de modo eficiente, anular ou reduzir os efeitos da infração prejudiciais ao fisco. III - qualquer fato em que o infrator demonstre objetivamente não ter agido de má fé. § 2º - São circunstâncias agravantes: I - a sonegação, a fraude e o conluio. II - a reincidência. III - a clandestinidade do estabelecimento do infrator ou a falta de omissão dos documentos fiscais relativos à operação a que a infração se referir § 3º - Para os efeitos dêste Código considera-se: I - sonegação, a ação ou omissão dolosa que impeça ou retarde parcial ou totalmente o conhecimento parte da autoridade fazendária:

Scanned by CamScanner

JAG

a - da ocorrência de fato gerador de obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais. b - das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou o crédito tributário correspondente. II - fraude, toda ação ou omissão dolosa que impeça ou retarde total ou parcialmente a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal ou que exclua ou modifique as suas características essenciais de maneira que reduza o montante do imposto devido ou evite o seu pagamento. III - concluído o ajuste doloso entre duas ou mais pessoas naturais ou jurídicas com o objetivo de alcançar os efeitos referidos nos itens anteriores. IV - reincidência, a prática de infração pela mesma pessoa após decisões administrativas referentes a infração anterior da mesma natureza. Art. 43 - Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acôrdo com a interpretação fiscal que conste de decisão de qualquer instância administrativa. Parágrafo único - O disposto neste artigo não será alterado, ainda que posteriormente venha a ser modificada a interpretação fiscal. Seção II das Multas Art. 43 - As multas serão impostas em grau mínimo, médio, ou máximo. Art. 44 - A graduação da multa obedecerá aos seguintes critérios: I - ocorrendo apenas circunstância atenuantes, a multa será aplicada no mínimo. II - ocorrendo qualquer circunstância agravante, a multa será aplicada no máximo. III - na ausência de circunstâncias agravantes ou atenuantes a multa será aplicada na média do mínimo com o máximo. Art 45 - É passível de multa de: I - 10% dez por cento) a 20% (vinte por cento) de salário mínimo, o exercício de comércio em dia não permitido; II - 30% (trinta por cento) a 60% (sessenta por cento) do salário mínimo

Scanned by CamScanner

JAS

a negativa de informações ou a tentativa de dificultar ou impedir a ação do fisco. III- 10% (dez por cento) a 20% por cento do valor do tributo a falta de apresentação dentro dos respectivos prazos; de declaração de movimento econômico e guia de recolhimento; IV- uma a duas vêzes o valor do tributo, mais nunca inferior a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, o início ou a prática de atos sujeitos a taxa de licença, sem o respectivo pagamento; V- até 100% (cem por cento) do valor do tributo, mas nunca inferior a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo: a aduração (digo a adulteração) ou falsificação de documentos ou da escrituração de livros fiscais ou comerciais para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do tributo; b- a instrução do pedido de isenção ou redução de tributo e com documento falso contendo falsidade; c- a apresentação de declarações de movimento econômico ou guias de recolhimento em contradição com os livros e documentos da escrita fiscal; d- a omissão de lançamento de atividades ou operações que constituam fatos geradores de obrigações tributárias nos livros fiscais, nas declarações ou nas guias de recolhimento; e- a prestação de informações falsas no pedido de licença; f- a prática de qualquer outro ato suscetível de elidir o pagamento do tributo total ou parcialmente. Art. 46- Havendo notificação, a multa será de 10% (dez por cento) do valor do tributo que tenha sido sonegado. Seção III Da Proibição transacionar com o Município Art. 48- Os contribuintes que estiverem em débito de tributos e multas com a Fazenda Pública, não poderão: I- receber quaisquer quantias ou créditos; II- participar de ocorrência; coleta ou tomada de preços, III- celebrar contratos ou têrmos de qualquer natureza; IV- ou transacionar a qualquer título com a administração do Município. Seção IV- Da Sujeição a regime especial de fiscalização Art. 49-

Scanned by CamScanner

JAS

será submetida a regime especial de fiscalização, o contribuinte que houver cometido infração apenada em grau máximo reincidir na violação das normas estabelecidas neste código. Parágrafo único - O regime especial de fiscalização de que trata êste artigo será estabelecido em regulamento. Título IV Do Cadastro Fiscal Art. 50 - O cadastro fiscal da Prefeitura compreende: I - O cadastro Imobiliário; II - o Cadastro de Produtores Industriais e Comerciantes. III - o Cadastro dos Prestadores de serviços de Qualquer Natureza. IV - o Cadastro dos Veículos. § 1º - O Cadastro Imobiliário compreende: a - os terrenos sem edificação existentes na zona urbana. b - as edificações existentes na zona urbana. § 2º - O Cadastro dos Produtores Industriais e Comerciais de acôrdo com os dispositivos do Código Tributário Nacional e da Lei Estadual relativa ao Impôsto de Circulação de Mercadorias, compreende os estabelecimentos de: a - produção, inclusive agro-pecuários; b - industria; c - comercio. § 3º - O cadastro dos prestadores de serviços de qualquer natureza compreende as emprêsas ou profissionais autônomos com ou sem estabelecimento fixo, de serviço sujeito a tributação municipal. § 4º - O cadastro dos veículos compreende o registro geral para fins de identificação da propriedade ou posse, dos bens de tração ou propulsão motora animal ou humana, sujeitas ao licenciamento e a tributação pelas autoridades municipais. Art. 51 - A Prefeitura poderá instituir outras modalidades acessórias de cadastro com o fim de atender à organização fazendária dos tributos de sua competência. Título V Dos Impôstos predial e territorial urbano. Capítulo I Disposições Gerais Art. 52 - Os impôstos predial e territorial urbano têm como fato gerador prédio ou terreno localizado na zona urbana do Município. Parágrafo único - Para os efeitos dêstes impostos considera-se: I - prédio, o terreno com edificação, qualquer que seja a sua

743

estrutura, forma ou destino. II - zona urbana, e a área assim definida em ato do Poder Executivo, sendo observada legislação federal e estadual. Art. 53 - O contribuinte do impôsto pode ser: I - o proprietário. II - o titular do domínio útil; III - o promitente comprador investido do imóvel a justo título. IV - ou qualquer outro possuidor do imóvel a justo título. Art. 54 - O valor venal é a base de cálculo do Imposto. Parágrafo único - Na fixação do valor venal consideram-se os seguintes elementos: I - referentes ao terreno: a - localização, b - dimensões, c - melhoramentos urbanos de logradouros II - referentes à edificação: a - área construída, b - tipo de construção, c - estado de conservação, d - idade. Art. 55 - Será atualizada anualmente a base do cálculo do imposto para efeito de lançamento no exercício seguinte. Parágrafo único - A revisão terá eficácia imediata quando tiver por finalidade: I - corrigir erro de lançamento, II - atualizar o valor venal, em virtude da superveniência de danos. Art. 56 - O lançamento e a arrecadação do impôsto predial será feito sempre que possível, em conjunto com o impôsto territorial urbano incidente sobre o terreno em que esteja situado o prédio, tomando-se por base a situação existentes no encerramento do exercício anterior. Art. 57 - O lançamento será feito em nome do qual estiver inscrito o terreno no cadastro Imobiliário. § 1º - Quando se tratar de condomínio, figurará o lançamento: a - em nome de um de alguns ou de todos os condomínios no caso de condomínio indiviso; b - em nome de cada condômino, respondendo cada um na proporção de sua parte no caso de condômino individo. § 2º - Quando não for conhecido o proprietário far-se-á o lançamento em nome de quem esteja na posse do terreno. Art. 58 - Os terrenos, e as edificações devem ser inscritos no Cadastro Imobiliário, ainda quando o contribuinte goze de imunidade ou isenção. Art. 59 - A inscrição será feita: I - pelo proprietário ou possuidor a

JAS

qualquer título; II - de propósito, nos casos de imunidades e nos casos de promovida nos prazos regulamentares. Art. 60 - O "habite-se" não será concedido antes do prédio estar inscrito no Cadastro Imobiliário. Art. 61 - O lançamento e o recolhimento do impôsto serão efetuados na época e pela forma estabelecida em regulamento. Art. 62 - As tabelas de avaliação de imóveis serão revistas anualmente e serão submetida à apreciação do Conselho Municipal de Contribuintes com a aprovação por decreto administrativo. Capítulo II Do imposto territorial urbano Art. 63 - O impôsto territorial urbano é de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor venal do terreno. Art. 64 - Os terrenos com edificação em andamento, em ruina ou inadequada a qualquer utilização não são considerados edificados para efeito de tributação. Art. 65 - O impôsto predial é de 1% por cento (um por cento) sobre o valor venal da edificação ou construção com exclusão do terreno. Parágrafo único - O impôsto predial que incide sobre o valor da edificação ou construção será reduzido de 50% (cinquenta por cento) quando seu proprietário nêle residir desde que não possua outro imóvel no Município. Art. 66 - São isentos de imposto, os prédios cedidos gratuitamente em sua totalidade para uso da União, do Estado e do Município. Título VI Do imposto sobre a circulação de mercadorias Art. 67 - O impôsto Municipal sôbre Circulação de Mercadorias, será cobrado integralmente pelo o Estado. Art. 68 - A percentagem devida ao Município será de 20% (vinte por cento) creditada em conta especial, aberta em estabelecimentos oficiais de créditos na forma e nos prazos estabelecidos pelo Ato Complementar Nº 31, de 29 de dezembro de 1966. Do impôsto sôbre serviços de qualquer natureza Art. 69 - O imposto sôbre os Serviços de Qualquer Natureza tem como fato gerador a prestação por emprêsa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de

serviço que não configure por si só fato gerador do imposto de competência da União ou dos Estados. § 1º- Para os efeitos deste artigo, considera-se serviço. a- o fornecimento de trabalho ou a prestação de serviços os ou consumidores. b- a locação de bens imóveis. c- a locação de espaço em bens imóveis, a título de hospedagem para guarda de bens de qualquer natureza. § 2º- As atividades a que se refere o parágrafo anterior quando acompanhadas de fornecimento de mercadorias, serão consideradas a- de caráter misto, se o fornecimento de mercadorias for superior a 25% (vinte e cinco por cento) da receita bruta média mensal do estabelecimento. b- como representando exclusivamente prestação de serviços dos demais casos. Art. 70- São sujeitos do impôsto: I- os assalariados como tais definidos leis trabalhistas e pelos contratos de relação de emprego singulares e coletivos, tácitos, de prestação de trabalho a terceiros. II- os diretores de sociedades anônimas por ações e de economia mista, bem como outros tipos de sociedade civis e comerciais, mesmo quando não sejam quotistas, acionistas ou participantes; III- os serviços públicos federais, estaduais, municipais e autárquicos inclusive os inativos, amparados pelas respectivas legislações que os definiram nessa situação ou condição. Art. 71- O impôsto será calculado sôbre o preço do serviço ou a receita bruta mensal do contribuinte de acôrdo com a alíquotas fixadas na tabela anexa. Parágrafo único- Quando não puder ser conhecido o valor efetivo da receita muita, tomar-se-á para base do cálculo: I- o valor das matérias primas, combustíveis e outros materiais consumidos ou aplicados durante o ano. II- a fôlha de salários pagos durante o ano adicionado honorários de diretores e retiradas de proprietários, sócios ou gerentes. III- 10% (dez por cento) do valor venal do imóvel, ou parte dele, e dos equipamentos utilizados pela empresa ou pelo profissional autônomo; IV- despesa com for-

mento de água, luz, fôrça, telefone e demais encargos mensais obrigatórios do contribuinte. Título VIII Das taxas Capítulo I Disposições Art. 72 - As taxas têm como fato gerador o poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição. Art. 73 - As taxas cobradas pelo Município são as seguintes: I - licença; II - de aferição de pesos e medidas. III - de expediente; IV - de serviços diversos. Art. 74 - Tomase o salário mínimo por base para calcular as taxas. Art. 75 - As alíquotas são fixadas de acôrdo com as tabelas anexas. Capítulo II Da Taxa de Licença Seção I - Disposições Gerais Art. 76 - As taxas de licença tem como fato gerador o poder de polícia do Município na autorização para o exercício de atividade ou para a prática de atos essencialmente dependentes de prévio consentimento pelas autoridades municipais: I - Localização de estabelecimento; II - funcionamento de estabelecimento; III - exercício do comércio em atividade eventual ou ambulante. IV - execução de obras particulares. V - execução de arruamento e loteamento em terrenos (logradouros) particulares; VI - publicidade. VII - ocupação de áreas em vias terrenos e logradouros públicos. VIII - abate de gado. Parágrafo único Para os efeitos dêste artigo considera-se: I - Comércio ou atividade eventual, o exercício em instalações precárias como barracas, balcões, bancas, mesas taboleiros em veículos ou embarcações. II - comércio ou atividade ambulante o exercício sem fiscalização com ou sem utilização de veículo. Seção II Da taxa de licença para localização de estabelecimento. Art. 78 - A taxa é cobrada para autorização de localização de estabelecimentos comerciais, industriais, agropecuários e de prestação de serviços. § 1º - A taxa é renovada em cada exercício. § 2º - Quando se verificar mudança de ramo de atividade ou transferência de local será

exigido nova taxa. Art. 79- O pedido de licença deverá ser instruído com os dados necessários à inscrição no Cadastro dos Produtores, Industriais e Comerciantes e no de Prestadores de Serviços. Art. 80 A inscrição será permanentemente atualizada, e o contribuinte está obrigado a comunicar à Prefeitura, dentro de 30 (trinta) dias sempre que ocorrer: I- alterações na razão social ou no ramo de atividade. II transferências de firma ou de local; III- cessação das atividades. Seção III Da taxa de licença para funcionamento de estabelecimento em horário especial Art. 81- A taxa é cobrada para autorização de prorrogação ou antecipação de horário. Seção IV Da taxa de licença para o exercício de comércio ou atividade eventual ou ambulante Art. 82- a taxa de licença para o exercício de comércio eventual ou ambulante será exigível por ano, mês ou dia. Art. 83- A taxa de que trata esta Seção será cobrada conforme a Tabela anexa a este Código, observando-se os prazos seguintes: I- antecipadamente quando por dia; II- até o dia 5 (cinco) do mês em que for devida quando mensalmente; III- durante o primeiro mês de semestre em que for devida quando por ano. Art. 84- O pagamento da taxa de licença para o exercício de comércio eventual nas vias e logradouros públicos não dispensa a cobrança da Taxa de ocupação do solo. Art. 85- São isentos da Taxa de licença para o exercício do comércio eventual ou ambulante: I- os cegos e mutilados que exercerem comércio ou indústria em escala ínfima. II- os vendedores ambulantes de livros, jornais e revistas. III- os vendedores de artigos de indústrias domésticas ou de arte popular quando de sua própria fabricação. IV- os engraxates ambulantes. Seção V Da taxa de licença para execução de obras particulares. Art. 86- A taxa de licença para execução de obras particulares é devida em todos os casos de: I- construção II- reconstrução; III- reforma; IV- demolição. Parágrafo único

JAG

Nenhuma construção reforma ou demolição de prédios poderá ser iniciada sem aviso prévio pedido de licença e pagamento da taxa devida. Art. 87- A taxa de licença para execução de obras particulares será cobrada conforme a tabela anexa a êste Código. Art. 88- São isentos I- a construção de passeios, quando do tipo aprovado pela Prefeitura; II- a limpesa ou pintura externa ou interna, de prédios, muros ou gradis. III- a construção de barracões destinados a guarda de material para obras já devidamente licenciadas. Seção VI Da taxa de licença para execução de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares Art. 89 A taxa é cobrada para autorização de arruamentos e loteamentos em terrenos particulares mediante prévia aprovação dos respectivos planos e projetos. Parágrafo único- Nenhum plano ou projeto de arruamento ou loteamento poderá ser executado sem o pagamento da taxa de que trata esta Seção. Art. 90- A taxa será cobrada de conformidade com a tabela anexa a êste Código. Seção VII- Da taxa de licença para publicidade Art. 91- A taxa é cobrada para autorização de utilização de meios de publicidade em vias e logradouros públicos dos Municípios Art. 92- A taxa de licença para publicidade é cobrada conforme o período fiscado para a publicidade de acôrdo com a tabela anexa a êste código. Art. 93 - São isentos: I- Os cartazes ou letreiros destinados a fins patrióticos religiosos ou eleitorais; II- as tabuletas indicativas de sítios granjas ou fazendas, bem como a de um rumo ou direção de estradas; III- dísticos ou denominações de estabelecimentos comerciais e industriais colocados nas paredes e vitrines internas. IV- os anúncios publicados em jornais e os irradiados em estações de rádio-difusão. Seção VIII- Da taxa de licença para ocupação de áreas em vias, terrenos logradouros

Scanned by CamScanner

JAS

públicos Art. 94- A taxa é cobrada para autorização de ocupação como bem móvel ou imóvel, a título precário, de área em vias, terrenos e logradouros públicos, Art. 95- Considera-se como mínimo de ocupação para calcular a taxa o espaço de 1(um) metro quadrado. Seção IX Da taxa de licença para abate de gado Art. 96- A taxa é cobrada pela autorização do abate de gado. Art. 97- O abate de gado somente permitido através de licença da Prefeitura, procedida de inspeção sanitária feita conforme dispositivos das posturas municipais. Art. 98- O pagamento da respectiva taxa é cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código. Capítulo IV Da taxa de expediente Art. 101- A taxa de expediente é devida pela entrada de petições e documentos na Prefeitura para apreciação de despacho pelas autoridades municipais ou a lavratura de têrmos e contratos com o Município. Art. 102- A taxa será cobrada de acôrdo com a tabela anexa a êste Código. Art. 103- são isentos: I- os requerimentos e certidões para fins eleitorais. Capítulo V Da taxa de serviços diversos Art. 104- a taxa será cobrada pela prestação dos serviços de: I- numeração de prédios; II- apreensão e depósito de bens móveis ou semoventes ou de mercadorias; III- alinhamento e nivelamento; IV- vistoria de edificações. V- cemitério. Art. 105- A arrecadação das taxas de que trata êste capítulo será feita no ato da prestação do serviço, de acôrdo com as tabelas anexas a êste Código. Título IX Da contribuição de melhoria Art. 106- A contribuição de melhoria poderá ser cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária. Art. 107- A contribuição de melhoria será cobrada tendo como limite total a despesa realizada, e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. Art. 108 O Prefeito determinará em cada caso, com base em critérios de oportunidade e conveniência mediante decreto as obras

que deverão ser custeadas pela contribuição de melhoria. Art. 106- A contribuição de melhoria poderá ser cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária. Art. 107- A contribuição de melhoria será cobrada tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. Art. 108- O Prefeito determinará em cada caso, com base em que deverão ser custeadas pela contribuição de melhoria. Art. 109- O decreto de que trata o artigo anterior deverá conter os seguintes elementos: I- memorial descritivo do projeto a que se refere a obra; II- orçamento do custo da obra; III- determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição; IV- delimitação da zona beneficiada. Art. 110- É assegurado ao contribuinte o direito de impugnar qualquer dos elementos referidos no artigo anterior mediante petição devidamente fundamentada. Parágrafo único- A impugnação deverá ser procedida dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data em que fôr publicada o decreto. Art. 111- Após o julgamento das impugnações proceder-se á avaliação dos imóveis para efeito de lançamento da contribuição de melhoria somente se efetuará após a conclusão da obra. Art. 112- a cobrança da contribuição de melhoria somente se efetuará após a conclusão da obra. § 1º- Poderá ser acordada outra solução entre o Município e os contribuintes. § 2º- A contribuição de melhoria poderá ser paga parceladamente a juizo da administração, sem as limitações previstas no art. 19. Título X Do processo fiscal Capitulo I da consulta. Art. 113- É assegurado de consulta sôbre aplicação da legislação tributaria. Art. 114- Caberá ao Responsável pelo setor de Tributação a resposta à consulta no prazo de 30 (trinta) dias, contados da

data em que for protocolado o respectivo requerimento. Art. 115 - Da decisão cabe recurso para a Junta de Recursos Fiscais: I - voluntário, se reconhecer a existência de obrigação Tributaria; II - de ofício se concluir, no todo ou em parte, pela inexistência da obrigação tributaria Parágrafo único - O prazo para interpor ambos os recursos será de 30 (trinta) dias, contados da publicação da decisão. Art. 116 - Constarão em protocolo o dia e a hora da apresentação do pedido de consulta. Art. 117 - Não poderá o consulente sofrer ação fiscal enquanto não for julgada definitivamente a consulta. Art. 118 - Reconhecida a existência de obrigação tributaria, o consulente deverá satisfazê-la no prazo de 20 (vinte) dias. Art. 119 - A ausência da resposta no prazo estabelecido no art. 121, equivale o reconhecimento da obrigação tributaria. Paragrafo Único - Cessa, com o transcurso do prazo para resposta competência do Responsável pelo Setor de Tributação, podendo o consulente, desde logo, recorrer à Junto de Recursos Fiscais. Art. 120 - A Junta de Recursos Fiscais, julgará a consulta no praso de 60 (sessenta) dias, após transcorrido o prazo para a resposta do Responsável pelo Setor de Tributação. Capítulo II Das medidas preliminares e incidentes Seção I Dos termos de fiscalização Art. 121 - O têrmo será lavrado no estabelecimento ou local onde se verificar a fiscalização ou a construção da infração. § 1º - Do fiscalizado ou infrator dar-se-á cópia do têrmo autenticado pelo Responsável pelo Setor da Tributação, contra recibo no original. § 2º - A recusa do recibo não aproveita nem prejudica ao fiscalizado ou infrator. Seção II Da apreensão de bens e documentos Art. 122 - Bens móveis inclusive mercadorias em trânsito e documentos do contribuinte ou de terceiros poderão ser apreendidos desde que constituam prova material de infração tributaria. Paragrafo único - Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular, serão promovidas a busca e a apreensão

judiciais sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina. Art. 123. Os documentos apreendidos poderão ser restituídos desde que a prova de infração possa ser feita por outros meios. Art. 124. Os bens apreendidos poderão ser devolvido mediante quantia arbitrada pelo Responsável pelo Setor de Tributação, quando a juízo de administração. I- não interessarem à prova. 2- mesmo interessando à prova o autuado manifestar seu acôrdo sôbre a matéria de fato objeto do auto de apreensão. Art. 125. Os bens apreendidos serão levados a leilão: I- 60 (sessenta) dias após serem apreendidas, se o autuado não satisfazer as exigências para liberação; II- a partir do dia em que forem apreendidas se sujeitos a fácil deterioração. Parágrafo único. Sendo apurado importância superior ao débito será o excedente devolvido ao autuado. Seção III Da notificação Art. 126. Cabe exclusivamente notificação quando a infração se restringir a inobservância do prazo estabelecido para cumprimento da obrigação tributária. Art. 127. O não cumprimento da notificação no prazo de 10 (dez) dias implicará na sua transformação em auto de infração. Art. 128. lavrar-se-á de imediato, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação. Art. 129. O têrmo de notificação incluirá os requisitos formais do auto de infração constantes do artigo 140. Seção IV Da representação Art. 130. Qualquer pessoa pode representar contra ato contrário a dispositivos dêste Código e de outras leis e regulamentos fiscais. Art. 131. A representação será feita em petição assinada e mencionará em letras legível: I- o nome do seu autor; II- a profissão; III- o endereço. Parágrafo único. A representação será acompanhada de provas indicará os elementos desta, mencionando os meios ou as circunstâncias em virtude dos quais se tornou conhecida a infração.

Scanned by CamScanner

Art. 132 - Não se admitirá representação feita por quem tenha do sócio, diretor preposto ou empregado do contribuinte quando se relacionar a fatos anteriores em que tenham perdido essa quantidade. Capítulo III Do auto de infração Art. 133 - Do auto de infração, lavrado com precisão e clareza em espelinhas, emendas ou rasuras, deverão constar: I - local, dia e hora de lavratura; II - nome do infrator e das testemunhas se houver. III - discrição do fato que constituiu a infração e circunstâncias pertinentes. IV - indicação do dispositivo legal ou regulamento violada V - referências ao termo de fiscalização em que consignou a infração quando fôr o caso; VI - intimação ao infrator para para os tributos e multas ou apresentar defesa nos prazos previstos. Art. 134 - A lavratura do auto será intimada ao infrator: I - pessoalmente, mediante entrega de cópia ao infrator ou a quem o represente contra recibo datado no original; II - por edital com o prazo de 20 (vinte) dias se desconhecido o domicílio tributário do infrator. Art. 135 - A intimação presume-se feita: I - quando pessoal, na data do recibo. II - quando por edital, no termo do prazo, contado êste da data de fixação ou da publicação. Capítulo IV Das reclamações contra lançamentos Art. 136 - O contribuinte que não concordar com o lançamento, poderá reclamar no prazo de 20 (vinte) dias contados da comunicação. Art. 137 - A reclamação contra lançamento será feita por petição, facultada a juntada de documentos. Art. 138 - O responsável pelo lançamento contestará a reclamação no prazo de (10) dez dias contados da data em que receber processo. Parágrafo único - O prazo poderá ser prorrogável por 10 (dez) dias pelo Responsável pelo Setor de Tributação. Capítulo V - Das provas Art. 139 - Findos os prazos a que se referem os artigos 135 e 136 dêste Código, o dirigente da repartição responsável pelo lançamento deferirá, no

JAG

prazo de 10 (dez) dias a produção das provas que não se jam manifestamente inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias, o fiscal o para ga não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outras devam ser produzidas. Art. 140 - As perícias competirão ao pe rito designado pela autoridade competente na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo autuante, ou nas reclamações contra lançamento do funcionário da Fazen da, ou quando ordenada de ofício, poderão ser atribuídas a agente de fiscalização. Art. 141 - Ao autuado e ao autu ante será permitido, sucessivamente, reinquirir as teste munhas, do mesmo modo, ao reclamante e ao impug nante nas reclamações contra lançamento. Art. 142 - O autuado e o reclamante poderão participar das di ligências, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo da diligência, para serem apreciadas no julgamento. Art. 143 - Não se admitirá pro va fundada em exame de livros ou arquivo das re partições da Fazenda Pública, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou funcionários. Capítulo VI Da decisão em primeira instância Art. 144 - Findo o prazo pa ra a produção de provas, ou o direito de representar a de fesa e o processo será presente à autoridade julgadora que proferirá decisão no prazo de 10 (dias). § 1º - Se en tender necessário, a autoridade poderá no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou o recla mante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um para alegações finais. § 2º - Verificada a hipótese do para grafo anterior a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias para proferir decisão. § 3º - A autoridade não fica adstrita as alegações das partes devendo julgar de acôrdo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

Scanned by CamScanner

JAZ

§ 4º - Se não se considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o julgamento em diligências e determinar a produção de novas provas, observado o disposto no Capítulo IV prosseguindo-se na forma deste Capítulo, na parte aplicável. Art. 145 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou a improcedência do auto de infração ou de reclamação contra lançamento, definindo expressamente os seus efeitos, num o noutro caso. Art. 146 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligências poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fôra julgado procedente o auto de infração ou improcedente reclamação contra o lançamento, cessando com a interposição do recurso a jurisdição da autoridade de primeira instância. Capítulo VII - Dos recursos Seção I Do recurso voluntário Art. 147 - Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário para Junta de Recursos Fiscais no prazo de 20 (vinte) dias contados da ciência pelo autuado ou reclamante. Art. 148 - É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que tratem sôbre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte. Parágrafo único - Excetuam-se desta regra as decisões proferidas em um único processo fiscal. Seção II Da garantia de instância Art. 149 - Nenhum recurso voluntário será encaminhado à Junta de Recursos Fiscais sem o prévio depósito da quantia exigida. Art. 150 - Será permitida a prestação de fiança nos têrmos do regulamento. Seção III - Do Recurso de Ofício Art. 151 - O responsável pelo setor de Tributação recorrerá de ofício sob pena de responsabilidade, da decisão contrária, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, quando a importância em litígio exceder de 10 (dez) vêzes o salário mínimo regional. Art. 152 - O recurso de ofício não prejudicará a interposição de recurso voluntário pelo autuante ou reclamante e terão

JAS

ambos feitos suspensivo Capítulo IX Do julgamento da junta de recursos fiscais Art. 153- A junta de Recursos Fiscais julgará em última instância administrativa recursos de atos e decisões fiscais. Art. 154. O prazo para decisão é de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo. Art. 155- É facultado antes de decisão final, a juntada de documentos que não importem em protelar o julgamento do processo. Capítulo X Da execução das decisões fiscais Art. 156- As decisões definitivas serão executadas pelo: I- notificação do contribuinte e sendo o caso, do fiador para no prazo de 10 (dez) dias satisfazerem ao pagamento do valor da condenação. II- notificação do contribuinte para receber importância recolhida indevidamente; III- liberação de depósito em garantia de instância satisfeito o pagamento da condenação ou reconhecida a decisão favorável ao recorrente. IV- Liberação de mercadorias ou restituição parcial ou total do produto de sua venda. V- inscrição na dívida ativa e remessa de certidão à cobrança executiva dos débitos. Art. 157- O depósito poderá ser transformado em pagamento do débito para cumprimento de decisão definitiva. Título XI Da junta de Recursos Fiscais Art. 158. A Junta de Recursos Fiscais (JRF) compete julgar em segunda e última instância administrativa os recursos de atos e decisões fiscais. Art. 159- A J.R.F. será constituída de 2 (dois) representantes da Prefeitura e 2 (dois) representantes dos contribuintes e do encarregado do Serviço da Fazenda que exerce a presidência e terá voto de desempate. Parágrafo único- Cada representante terá um suplente com a função de substituí-lo nos impedimentos renúncias ou perdas de mandato. Art. 160- A junta de Recursos Fiscais reunir-se-á no mínimo com a presença de todos os conselheiros. Art. 161- O mandato dos conselheiros é de 2 (dois) anos sendo permitida a recondução. Título XII Das Disposições Finais Art. 162- O sala-

Scanned by CamScanner

rio mínimo para os efeitos dêste Código é o mensal vigente no Município. Art. 163 - Serão desprezadas as frações de Cr$ 0,05 (cinco centavos) e arredondadas para Cr$ 0,10 (dez centavos) as frações superiores aquela importância na fixação dos créditos tributários. Art. 164 - Serão desprezadas as frações de Cr$ 1,00 (um cruzeiro novo) na fixação da base do cálculo dos impostos predial, territorial urbano e de serviços. Art. 165 - Reger-se-á pela legislação específica as receitas e tributárias. Art. 166 - Os prazos referidos neste Código serão computados em dias úteis. Parágrafo único - Os prazos não se iniciarão ou terminarão em dia de sábado. Art. 167. Fica o Executivo autorizado a baixar, por decreto os regulamentos necessários ao cumprimento dêste Código. Art. 168 - Este Código entrará em vigor no dia..... de..... de 1970. Art. 169 - Revogadas as disposições em contrário. Gabinete do Prefeito de Machados, em 11... de junho de 1970 - José Antônio Gomes - Prefeito -

---

Lei Municipal nº 124, de 28 de agosto de 1970.

Ementa: Restrutura o Quadro do Pessoal e da outras providências.

O Prefeito do Município de Machados, faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Fica o Prefeito do Município autorizado a restruturar o Quadro dos Servidores Municipais, estabelecendo a fixação de vencimentos de acôrdo com a tabela criada no parágrafo único dêste artigo:

Parágrafo Único - Para caracterizar os vencimentos, salários gratificações atribuidos a cada funcionário, fica organizada a seguinte tabela:

Scanned by CamScanner